

‘Com tanto pau no mato. Embaúba é coronel’¹: A história pública e o turismo Comunitário de Pinheiral - RJ

João Alipio de Oliveira Cunha

Este artigo analisa a formação do turismo comunitário no Grupo Jongo de Pinheiral, enquanto uma forma de reparação histórica e reivindicação de direitos no contexto turístico da região do Vale do Paraíba, interior do Rio de Janeiro. Esta comunidade faz parte do território jogueiro do Vale do Paraíba, região conhecida pela produção de café e escravidão negra. As antigas fazendas de café vêm desenvolvendo um turismo hegemonicamente voltado para a história e a memória de suas elites agrárias, realizando encenações sobre a escravidão. Estas foram denunciadas ao Ministério Público Federal (MPF), pela revista online *The Intercept Brasil* e por movimentos sociais, gerando o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Palavras-chave: Vale do Paraíba, Jongo de Pinheiral, turismo comunitário

'With so much wood in the woods. Embaúba is colonel': The public history and community tourism of Pinheiral – RJ analyzes the formation of community tourism in the Jongo de Pinheiral group, as a form of historical restoration and rights claim in the tourist context of the Vale do Paraíba region, Rio de Janeiro's countryside. This community is part of the jogueiro territory of the Paraíba's Valley, a region known by the coffee production and black slavery. The ancient coffee farms had developed a tourism hegemonically focused on the history and memory of their agrarian elites, performing scenarios about slavery. This were denounced to the Federal Public Prosecutor (MPF in portuguese), by the online magazine *The Intercept Brasil* and by social movements, generating the Term of Conduct Adjustment (TAC in portuguese).

Keywords: Vale do Paraíba, Jongo de Pinheiral, community tourism

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Especialista em Educação e Relações Étnicas Raciais pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil). Graduado em licenciatura em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil) e em licenciatura em turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, Brasil).

E-mail: joaocunha@id.uff.br

Recebido em: 17/07/2017

Aprovado em: 15/12/2017

‘Pai divino espírito santo, primeiro que sai na guia. Eu vim sarava terreiro com Deus e a Virgem Maria’²: o território jongueiro e o Vale do Paraíba

*O jongo bom é no Médio Paraíba, oh gente
O jongo bom é no Médio Paraíba, oh gente
Jongueiro corta cana, colhe café e lambica pinga
Jongo de Barra e Pinheiral
Jongo de Barra e Pinheiral
Tem Jongo em Valença, Vassouras e Arrozal.
Tem jongo em Valença, Vassouras e Arrozal.
Fonte: Mestre Cosme Aurélio Medeiros*

Grupo de Jongo Sementes da África- Barra do Pirai-RJ

Em todas as rodas de jongo em que estive presente nesses cinco anos de aprendizado com as comunidades jongueiras do sudeste brasileiro³, não houve sequer um encontro entre jongueiros e jongueiras que esse ponto não tenha sido cantado com muito sentimento e empolgação. Nele estão presentes histórias e narrativas sobre a formação de um território jongueiro, anterior ao que chamamos atualmente de Vale do Paraíba. Marquese e Salles (2015) contextualizam o Vale do Paraíba:

Nessa área, historicamente construída, as relações políticas, econômicas, sociais e culturais emprenharam de significados o acidente geográfico que lhe servia de base territorial. Econômica e socialmente, esse vale se estendia para o conjunto da província do Rio de Janeiro, para o Oeste Velho paulista e para a Zona da Mata mineira. Ele ainda alimentava economicamente o porto e a praça do Rio de Janeiro, e, política e culturalmente estava em estreita simbiose com a corte imperial (MARQUESE e SALLES, 2015, p. 14).

O Vale do Paraíba foi lugar de lutas, protestos, resistências, e revoltas negras que foram fundamentais para a consolidação de um território jongueiro.

O ponto, por meio da memória e das performances de jongueiros, revela um território jongueiro construído por meio do processo de retirada forçada de negros africanos de seus lugares de origem e da experiência brutal da escravidão negra em território brasileiro.

A exposição a seguir propõe-se inicialmente a contextualizar historicamente a formação de um território jongueiro durante a escravidão, buscando formas e caminhos para se compreender os tipos de enfrentamentos realizados pelos negros escravizados no seu cotidiano, o que contribuiu para a “reelaboração permanente das relações com seus senhores, modificando assim as dinâmicas da

2. Ponto de jongo criado pelo mestre jongueiro José Sebastião Cabiúna do jongo de Pinheiral e cantado para abrir a roda.

3. Desde 2012 venho participando das atividades no Pontão de cultura do Jongo/Caxambu na Universidade Federal Fluminense (UFF) como assessor comunitário.

dominação e do controle social” (GOMES, 2006, pp. 19-20). Em seguida, é traçado um retrato sobre o turismo histórico, cultural e de memória realizado por meio das fazendas do vale do café. Naquelas fazendas, grande parte das narrativas históricas apontavam os barões como grandes empreendedores e impulsionadores da grandeza do império, tratando a escravidão de forma espetacularização que amenizava os males e os crimes desse processo histórico. Tal prática passou a ser discutida de forma mais consistente por meio da denúncia de práticas racistas na atividade turística realizada na fazenda Santa Eufrásia, em Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, embora na época houvessem outras fazendas que realizavam esse tipo de turismo.

Por fim, é analisado o trabalho de turismo comunitário realizado pelo jongo de Pinheiral, construído em paralelo ao processo do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da fazenda Santa Eufrásia. O jongo tem sido utilizado como uma bandeira de resistência negra quilombola, pelos jongueiros, para formação de um turismo que possa divulgar suas reivindicações sociais e históricas. Este artigo pretende analisar o ensino de história pública pelas práticas de turismo histórico, cultural e de memória, entendendo esse espaço como um lugar de disputas de memórias e narrativas históricas.

Segundo o Dossiê Jongo no Sudeste, organizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (2007), esse patrimônio imaterial é uma forma de expressão que une três elementos: os tambores, o canto e a dança. Essa expressão é característica da região Sudeste do país e foi muito praticada no período da escravidão pelos negros nas lavouras de café e cana-de-açúcar, como lazer, em alguns momentos e em outros, como resistência, negociação e luta contra a escravidão.

Os saberes, práticas e valores existentes na manifestação afro-brasileira foram transmitidos por gerações e adquiriram novos significados, sem perder o vínculo com a tradição africana, ou seja, passaram por um processo de reatualização de práticas do passado a serviço de lutas do presente.

O jongo/caxambu diversos nomes e significados. Em algumas regiões ele é chamado de tambu, batuque, tambor e caxambu (ABREU e MATTOS, 2007). Mas, a definição que melhor se adequa a este trabalho vem da liderança jongueira Maria de Fátima da Silveira, a Fatinha do Jongo, que destaca⁴:

Pra mim, a verdadeira história do povo negro é o jongo. Porque, na época da escravidão, o negro não tinha lazer nenhum, ele trabalhava de sol a sol, quando ele chegava à noite na senzala, que ele ia para a roda de jongo, ali ele namorava, ele cultuava os orixás,

4. Entrevista realizada em 2013 para o trabalho de conclusão de curso de graduação. Ver Cunha (2014).

dançava, cantava a saudade da África, tudo acontecia na roda de jongo, então, eu vejo que a nossa história está ali. Foi uma forma de luta deles, lazer. Lá atrás e para a gente hoje em dia, porque dançamos jongo, cantamos o jongo, mas também buscamos estar dentro do espaço, que se não fosse pelo jongo, não estaríamos tipo nas universidades, escolas e outros espaços que o jongo tem nos levado, que se não fosse o jongo, a gente nunca viveria isso, porque a situação do negro no Brasil continua a mesma. Nós tivemos vários avanços, mas a nossa luta ainda é muito árdua. Então, o jongo pra nós, hoje em dia, pra além do lazer, de cultura, de contar a nossa história, é uma resistência, entendeu? É uma resistência que estamos furando... o que a sociedade nos impôs durante esses anos todos, e nos impõe (Fatinha do Jongo *apud* CUNHA, 2013, p. 41)

A narrativa revela como o jongo e a formação do território jogueiro, estão ligados à história do povo negro. Partindo das ideias de Goldman (2005) sobre a formação das religiões afro-brasileiras, em que o autor influenciado pela análise de Félix Guatarri (1992, pp. 12-13), sobre o jazz, entende que elas são fruto de um processo de “desterritorialização” e “reterritorialização”. Podemos analisar o território jogueiro formado no Vale do Paraíba, como o resultado de um intenso processo de reterritorialização realizado a partir da cruel desterritorialização de milhões de pessoas que viviam em regiões da África de diferentes formas e com múltiplas relações sociais, para servirem na América ao nascente capitalismo representado pela plantation e pelo trabalho forçado das lavouras de cana-de-açúcar e café, que culminaram na experiência da escravidão. Como resistências a esse processo histórico, foram construídas formas de agenciamentos combinadas com diferentes pensamentos vindos da África que se conectaram em solo americano com os conteúdos religiosos e culturais de origem cristãs e ameríndias, o que possibilitou novas formas de organização social. Essas novas recomposições e subjetividades foram estabelecidas na experiência da escravidão em territórios brasileiros e se deram por meio de diferentes formas de resistência e de enfrentamento ao domínio senhorial. Esse processo de desterritorialização e de reterritorialização do africano em continente brasileiro, vivenciado no tempo do cativo, pode ter estabelecido e construído devires (DELEUZE e GUATARRI, 1997) expressos no encontro de diferentes grupos de africanos que vieram se estabelecer na região cafeeira.

Goldman (2005), ao analisar o candomblé, destaca que o “devir” são movimentos em que o sujeito sai da sua própria condição humana- por meio das relações de afetos que se conectam com uma outra condição que podem ser observados entre os mais diversos rituais dos orixás, das possessões e demais procedimentos na religião afro-brasileira. Assim, como o candomblé, o jongo pode ser

compreendido não apenas como uma identidade étnica auto definida pelo grupo, mas também, como um devir jongueiro, por meio desses cruzamentos, agenciamentos e conexões presentes na sua prática.

A população negra no Sudeste brasileiro, em grande parte, era oriunda da região centro-ocidental da África, principalmente, da região denominada como Congo-Angola. Os africanos que se estabeleceram nas fazendas de café eram de diferentes grupos sociais, tais como: Benguelas, Cabindas e Congos. Mas, pertenciam ao mesmo grupo linguístico-cultural denominado Bantu. Os negros bantus vivenciaram a experiência do cativo e construíram seus próprios códigos e linguagens nas senzalas, consolidando e constituindo um território jongueiro que desde o período da escravidão, nos fornece um cenário de articulações e de resistências ao processo de eliminação da cultura afro-brasileira.

Segundo Robert Slenes (2007) a presença centro-africana nas fazendas de café se apresentava por meio de diferentes elementos que ainda são encontrados na roda de jongo. O próprio significado da palavra jongo é de origem africana e significa nzongo, em Kikongo, e songo, em Kimbundo, e pode ter o significado de ferir ou criticar alguém. Em alguns provérbios, jongo pode ser interpretado como a bala que sai da boca. Além desse elemento africano no jongo, o historiador nos chama a atenção para a presença das fogueiras como um elemento simbólico da religiosidade africana e do culto à ancestralidade; a presença das puítas e dos tambores, semelhantes ao caxambu ou angoma; e o tambor menor, ngoma, todos preparados e afinados ao fogo.

‘Corta pau no mato. Quando não corta limoeiro. O mau que vem pra pobre. Quando não vai pra fazendeiro’: a escravidão e os complexos cafeeiros fluminenses

A primeira metade do século XIX consolida-se como o período de formação das grandes unidades cafeeicultoras do Vale do Paraíba fluminense, que avançaram interligadas e conectadas à ilegalidade do tráfico negreiro transatlântico. Contavam como apoio do estado imperial, que dava segurança jurídica e política aos senhores detentores de escravos e que criavam novas estratégias para continuar o comércio negreiro a fim de garantir a produção de café na região. Ao analisar o processo de escravidão no vale fluminense, podemos entender que há conexões essenciais entre o contexto social, econômico e político.

Como afirma Muaze (2015), a transformação da região em complexos cafeeiros fluminenses, nos anos de 1820/1830, e o auge da produção cafeeira na década de 1870, como maiores

exportadores mundiais, foram apenas viabilizadas por meio de uma política pró-escravista nacional, claramente elaborada com o intuito de garantir a permanência do modelo de escravidão. Esta política fomentou a produção de café e a criação desses complexos baseados não em antigos modelos de escravidão, colonial e arcaico, mas fundamentada em uma escravidão moderna, com novas dinâmicas e relações econômicas estabelecidas, o que alguns historiadores da escravidão denominaram de “Segunda Escravidão”, conceito elaborado pelo historiador norte americano Dale Tomich. Para Salles e Muaze (2015, p. 15):

(...) a segunda escravidão se expandiu, exatamente no momento em que a escravidão colonial era abolida, pela revolução Haitiana, e por guerras e reformas em outras regiões americanas. Ela alimentou e, ao mesmo tempo, derivou de um conjunto de tendências e acontecimentos históricos, na virada do século XVIII para o XIX, cujo epicentro foi a Revolução Industrial e a consolidação da hegemonia britânica no plano internacional.

Há um novo modelo de escravidão que se consolida baseado na alta lucratividade, em uma relação intensa com o mercado internacional, com o aumento intenso da mão de obra escrava devido à inovação técnica, com uma mudança na organização da exploração, e, por fim, com uma articulação e ligação política direta com o poder imperial. (MUAZE, 2015). A construção do Vale do Paraíba como uma região exportadora de café é um produto social, resultado de um processo histórico de disputas políticas e sociais em torno dos sentidos e significados dados ao território. Para Muaze (2015, pp. 60-61):

I- a noção de Vale do Paraíba como uma região eminentemente cafeeira foi construída, ao longo do século XIX, concomitantemente com a ascensão política e econômica dos plantadores de café, atuando como mais um elemento de identidade da classe senhorial do Vale; II- os agentes sociais que atuaram na ocupação do Vale do Paraíba fluminense bem como o capital investido na montagem dos complexos cafeeiros tiveram múltiplas origens; III- as plantations do Vale se organizavam como complexos cafeeiros que mantinham uma dinâmica social e de trabalho hierarquizante a despeito da diversidade de sujeitos históricos que viviam e se relacionavam naquele espaço.

Portanto, podemos entender que a formação do Vale como um lugar importante e grande exportador de café no Brasil imperial deve-se à construção histórica realizada por sujeitos que estavam articulados com traficantes de escravos e com o governo imperial, que garantia por meio de estratégias jurídicas, o atraso da abolição

da escravidão e a proteção do modelo econômico e escravocrata consolidado na região.

A ligação dos chamados “barões do café” com o Império brasileiro não se limitava apenas a relações econômicas e políticas, mas se dava também por meio de uma forma de comportamento que nos fornece um padrão de civilidade ou *civilitá*⁵ importado da Europa, que servia e se constituía como modelo a ser seguido pela elite agrária, que tinha como um dos objetivos, criar a imagem de um espaço de grande etiqueta e de glamour, com o intuito de colocar o Brasil e o Vale do Paraíba no patamar das grandes nações, definindo modos de conduta e de agir. O sociólogo Nobeit Elias (1994) nos faz lembrar que a produção dessa civilidade europeia, conceito que ele trata como *civilitá*, transforma o comportamento humano e cria o que o autor define como civilização, considerado um fenômeno social carregado de dominação e que age como um processo de diferenciação de um determinado grupo social.

Havia nessa época, na elite brasileira, toda uma forma de se comportar e um estilo de vida próprio que possibilitaram a formação e a consolidação das grandes famílias, assim como a construção de grandes propriedades/fazendas como formas de ostentar todo o poder que detinham e de se diferenciar da grande parte da sociedade. Baseadas no modelo de civilidade europeia, tinham como objetivo definir formas de “bom comportamento” por meio de hábitos e padrões que essa sociedade passa a exigir e proibir. Há um processo de diferenciação por meio de códigos específicos de comportamento (de como vestir, comer e outras formas de comportamento), que passam a ser considerados como da alta sociedade, ou melhor, da classe senhorial. Para Muaze (2015, p. 79):

A história da expansão do café pelas diversas regiões do Vale do Paraíba fluminense se confunde com a própria história da expansão da classe senhorial do Império em termos políticos, econômicos e sociais. Homens e mulheres que, através da exploração maciça da mão de obra escrava, da concentração da propriedade da terra, do estabelecimento de redes de sociabilidade e poderes locais, além das relações com a Corte, conseguiram acumular riqueza, prestígio social e político fortalecendo, assim, o poder de suas famílias nas localidades em que viviam. Como forma de ostentá-las e de gozar de um estilo de vida próprio á sua classe, muitas famílias ergueram imponentes casas de vivenda em suas terras agregando valor às imensas fazendas de seus complexos cafeeiros.

Sobre essa formação das famílias importantes no Vale, temos como exemplo os Breves, principalmente na figura do José de Souza Breves, um dos maiores produtores de café com ligações diretas ao tráfico negreiro e detentor da fazenda Pinheiros, considerado na

5. O conceito civilidade ou *civilitá* é referente ao trabalho do sociólogo Nobeit Elias (1994).

época um imenso empreendimento e com uma infraestrutura moderna. Sobre o poder de José Breves, o historiador Thiago Campos (2015) nos descreve que seu complexo de fazendas era composto por nove propriedades, localizadas nos municípios fluminenses de Barra Mansa, Angra dos Reis e Piraí. Só no último município estavam seis fazendas. Além disso, devemos lembrar que a família Breves ficou conhecida na época por sua ligação direta com o tráfico negreiro que fornecia mão de obra escravizada ao Vale do Paraíba.

Camila Agostini (2015) destaca que a formação das comunidades escravas compostas por centro-africanos e seus descendentes crioulos foram a principal mão de obra em Vassouras, em particular, e no Vale, de forma geral, constituindo uma cultura do café baseada na produção em larga escala para o comércio estrangeiro. Para a autora:

O poder político sobre esta economia e sociedade estava nas mãos dos grandes proprietários de escravos, com o domínio da produção cafeeira que era, a esta altura, a força econômica do Império. Estes, que compunham a comunidade política, tal como entendida por Mattos, eram ou se fizeram “barões”; e também não foi incomum que estivessem ligados diretamente ao comércio negreiro. Vezes ainda, mesmo associados a práticas ilícitas, no período de clandestinidade do tráfico de escravos, tinham a confiança e solidariedade dos jornais, entre outras forças políticas que repercutiam diretamente na vida cotidiana no Vale do Paraíba oitocentista (AGOSTINI, 2015, pp. 244-245).

Podemos entender que o poder político e da produção cafeeira interligada ao tráfico negreiro se encontravam nas mãos de muitos daqueles que se intitulavam e que eram titulados como barões e que eram conhecidos pelas suas grandes propriedades de terra. Seu poder econômico e político estava, de fato, associado ao tráfico ilegal de pessoas negras escravizadas. Em seguida é elaborada uma descrição da forma como algumas fazendas históricas vem realizando o turismo de cunho histórico, cultural e de memória, sobre o Vale do Paraíba e sobre o processo do TAC da fazenda Santa Eufrásia que fica no Município de Vassouras que faz parte do estado do Rio de Janeiro.

‘O burro não sabe ler’⁶: o turismo, as fazendas históricas, e as memórias do cativo

*O burro foi na escola
Para aprender o ABC
A professora ensinou*

6. Ponto de jongo criado pela liderança jogueira Gilberto Augusto da Silva da comunidade jogueira de Piquete – SP.

*O burro não sabe ler, não sabe ler, não sabe ler
O burro não sabe ler.*

*Eu quero o burro deputado, o burro não sabe ler
Eu quero o burro no senado, o burro não sabe ler
Ponha o burro na escola, o burro não sabe ler
Tira o burro da favela, o burro não sabe ler
Eu quero o burro com mestrado, o burro não sabe ler
Eu quero o burro presidente.*

O ponto de jongo citado acima é uma denúncia sobre a exclusão social do negro na sociedade brasileira, mas também, uma reivindicação por um protagonismo de quem quer contar a sua própria história. No embate das relações raciais no contexto brasileiro, ainda estão presentes narrativas históricas influenciadas pelo conceito de escravidão cordial e democracia racial elaboradas pelo sociólogo Gilberto Freyre e outros intelectuais de dentro e fora da academia que supostamente refletiam uma relação harmoniosa entre negros e brancos, desfrutando das mesmas oportunidades de existência, sem nenhuma interferência histórica, mascarando, portanto, o processo brutal que foi a escravidão negra no Brasil e o seu resultado negativo ainda presente para esta população (NASCIMENTO, 1978, p. 41).

Trato aqui nesse subtítulo das atividades turísticas de cunho histórico e pedagógico realizadas em algumas fazendas históricas do Vale do Paraíba. Algumas dessas, no passado, contribuíram para o tráfico ilegal de negros escravizados e a escravidão sob a proteção do Estado brasileiro. Atualmente, por meio do turismo, elas ressignificam e atualizam as memórias referentes à história das fazendas e dos barões do café.

A valorização deste turismo histórico por parte do mercado turístico e do Estado, culminaram com a criação do Festival do Vale do Café⁷ e a edição do Guia Cultural do Vale do Café (PORTELA, 2013). Assim, pretende-se analisar essa forma de contar a história do Vale do Paraíba, por meio do olhar da elite cafeeira dos barões como um dos traços da permanência de conceitos, como a escravidão cordial e a democracia racial.

As atividades turísticas realizadas nas fazendas históricas por meio de visitas guiadas e de atividades de cunho histórico e cultural são feitas desde a década de 90 na região do Vale do Paraíba. Segundo Reis (2015), compreender as visitas guiadas produzidas pelas atividades turísticas nos patrimônios materiais edificados nas fazendas, pode possibilitar a compreensão de como a história é entendida e encenada em nossa sociedade fora dos espaços tradicionais de conhecimento, como a universidade e a escola. Sua observação a respeito do turismo realizado nas fazendas históricas

7. Festival do Vale do Café. Disponível (on-line) em: <http://www.festivalvaledocafe.com.br/>

demonstra como essa atividade pode ser entendida como algo que comunica, ou melhor, como pode contribuir para construir um conhecimento referente à memória e à história da escravidão no Vale do Paraíba.

Reis (2015) faz uma análise de cinco fazendas históricas do Vale que realizam um turismo de cunho histórico e que trabalham a memória da escravidão na região, são elas: Ponte Alta, Taquara, e Arvoredo em Barra do Piraí; São Luiz da Boa Sorte em Vassouras; e Florença que fica em Conservatória, distrito de Valença. A pesquisadora fez seu trabalho de campo nas fazendas ao longo de 2013, gerando registros audiovisuais e anotações sobre as atividades turísticas que aconteciam no campo. Ao acompanhar as visitas guiadas nas fazendas, ela destaca que os conteúdos abordados nas mesmas não se limitavam apenas a narrar uma história sobre a escravidão. Em algumas fazendas havia toda uma pedagogia nas visitas, inclusive com a elaboração de cartilhas para o público.

Esses materiais de divulgação tratam de formas de narrar a história da fazenda e do Vale do Paraíba. Segundo Reis (2015), são trabalhos feitos por guias turísticos que fazem um retrato histórico do Vale do Paraíba, e que, apenas poucas fazendas, ainda com uma abordagem pedagógica construída em conjunto com documentos e textos da historiografia, respeitam o protagonismo do negro na história da escravidão. Contudo, o turismo nesses patrimônios materiais permanece tratando o processo de escravidão no Vale de forma superficial e sem uma responsabilidade histórica, tratando a história da região, prioritariamente, sob a ótica do café e dos Barões.

Esses espaços históricos e turísticos que recebem diferentes tipos de visitantes durante todo o ano, comercializam e publicizam uma memória que exalta as grandes elites proprietárias de terras e com isso produzem histórias públicas sobre a região.

O turismo de cunho histórico e cultural, segundo Reis (2015), vem crescendo desde a década de 90, pois essas atividades turísticas vêm sendo apoiadas por prefeituras locais e realizadas em parceria com órgãos e instituições direcionadas para a história do Vale do Paraíba, como o Instituto Cultural Cidade Viva⁸, que atua em diversos campos artísticos e age sem fins lucrativos. O Instituto, por meio da lei Estadual de Incentivo à Cultura, em parceria com a Light, e sob a coordenação técnica do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac/SEC), criou o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense⁹, tendo como objetivos incentivar as pesquisas referentes à arquitetura rural fluminense relacionada ao ciclo do café e sua produção; a valorização da história, sociedade e economia na formação do território da paisagem cultural do Vale; a promoção do conhecimento sobre o Vale; o fomento ao turismo cultural; e, por

8. Instituto Cultural Cidade Viva. Disponível (online) em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>

fim, o acesso a materiais produzidos pelo inventário no sítio da internet do Instituto.

O inventário das fazendas históricas foi uma forma de fortalecer esses patrimônios materiais e a consolidação de um turismo voltado para o passado histórico e cultural da região. Além disso, foram sendo criadas outras formas de divulgação da região, tais como: o Guia Cultural do Vale do Café, no qual é possível encontrar os principais pontos turísticos e atrações da região; e outra iniciativa que merece uma análise mais profunda, o Festival do Vale do Café. Ambas as iniciativas têm como fundo histórico a produção do café e o tempo dos barões, imbuídos de uma nostalgia de um determinado tempo histórico.

O Festival do Vale do Café é um dos eventos que visa reunir grupos sociais envolvidos com a cultura e a música da região. Criado em 2003, ele acontece em quinze municípios com shows em lugares públicos e com a visitação de turistas nas fazendas históricas, que se encontram presentes na programação do evento. Alguns grupos afro-brasileiros, como os de jongo/caxambu, calango e folia de reis participaram do evento, mas com o tempo as comunidades foram desistindo de participar porque o cachê foi diminuindo, assim como o tratamento dado aos grupos foi ficando cada vez mais precário, sem contar que a participação das comunidades tradicionais permanece ainda muito restrita ao cortejo das tradições.

A relação entre as comunidades negras e fazendas históricas permanecem desiguais, no que tange ao acesso a investimentos pelo Estado e aos benefícios e lucros trazidos pelo Turismo para a região do Vale.

No caso das comunidades jongueiras da região, o tema da relação com as fazendas não é novo, tendo sido abordado pela primeira vez no coletivo de comunidades jongueiras que se articula no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu¹⁰ em 2009, em uma reunião de articulação de lideranças¹¹. Uma liderança jongueira de Barra do Piraí destacou a parceria estabelecida entre a Fazenda Ponte Alta e a comunidade para a realização de apresentações e de atividades culturais, em especial para as escolas que visitam a fazenda durante todo o ano letivo. Lideranças jongueiras e consultores presentes à reunião alertaram as lideranças de Barra do Piraí para a complexa relação entre jongueiros e proprietários de fazendas turísticas e para o risco da relação senhor/escravo ser simbolicamente atualizada pela relação turista/jongueiro.

À época, as lideranças jongueiras apontaram ainda os inúmeros equívocos que poderiam ser cometidos nesta delicada relação, tais como:

9. Instituto Cidade Viva. Fazendas. Fazenda Sant'Anna. Disponível (on-line) em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=1239>

10. Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Disponível (on-line) em: <http://www.pontaojongo.uff.br/>

11. Relatório da 5ª reunião de articulação do pontão de cultura do jongo/caxambu, realizada nos dias 30 de abril e 01, 02, 03 de maio. Acervo do Pontão de cultura do jongo/caxambu.

fantasiar os jongueiros de “escravos”, reproduzir situações que colocam o jongo no lugar do exótico, da manifestação folclórica, destituindo a discussão política em torno da salvaguarda do patrimônio imaterial e da importância das manifestações afro-brasileiras como espaços de congregação e de resistência no combate ao racismo na sociedade brasileira (Relatório da 5ª Reunião de Articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, 2009).

Embora a liderança jongueira de Barra do Pirai tenha afirmado que na fazenda as atividades do Jongo eram coordenadas pelos jongueiros e que tenha ressaltado a importância da parceria para a sustentabilidade da associação jongueira, com a venda de produtos da comunidade na fazenda e com o pagamento de um pequeno cachê a cada apresentação, o tratamento do tema foi polêmico e retornou várias vezes ao coletivo jongueiro. Especialmente devido ao fato da liderança ter apresentado na reunião um folheto de divulgação da Fazenda Ponte Alta que continha tanto a foto do grupo em uma oficina de jongo quanto a de um “Museu do Escravo”, com a exposição de instrumentos de tortura. Além disso, de acordo com o relato, o cachê pago à comunidade era bastante baixo, provavelmente desproporcional ao lucro que a fazenda obtinha com as visitas das escolas.

O turismo e a história desenvolvidos pelas cidades e fazendas históricas do Vale do Paraíba reforçam esse olhar nostálgico sobre o período histórico do café e dos barões. Esse movimento não se restringe a uma valorização e interpretação do passado, mas sim, como as narrativas da sociedade imperial construídas no processo histórico foram capazes de produzir uma imagem forte das elites agrárias e do império e como isso permanece na consciência coletiva dos brasileiros, por mais que já tenhamos muitas pesquisas e trabalhos no campo da história com o intuito de demonstrar a luta e as resistências do negro na sociedade escravista. O turismo de cunho histórico e cultural nas fazendas históricas, vem comercializando narrativas históricas sobre o vale com uma “nostalgia imperial” (SALLES, 1996) sobre a grandeza dos complexos cafeicultores e a elite agrária.

‘Chama sinhá candongueiro chama sinhá. Chama sinhá candongueiro chama sinhá. Pode me chamar que eu vou’¹²: o processo do TAC fazenda Santa Eufrásia

No dia 6 de dezembro de 2016, a revista eletrônica *The Intercept Brasil* (OLLIVEIRA, 06/12/2016) fez uma matéria sobre a Fazenda Santa Eufrásia, no município de Vassouras (RJ), com

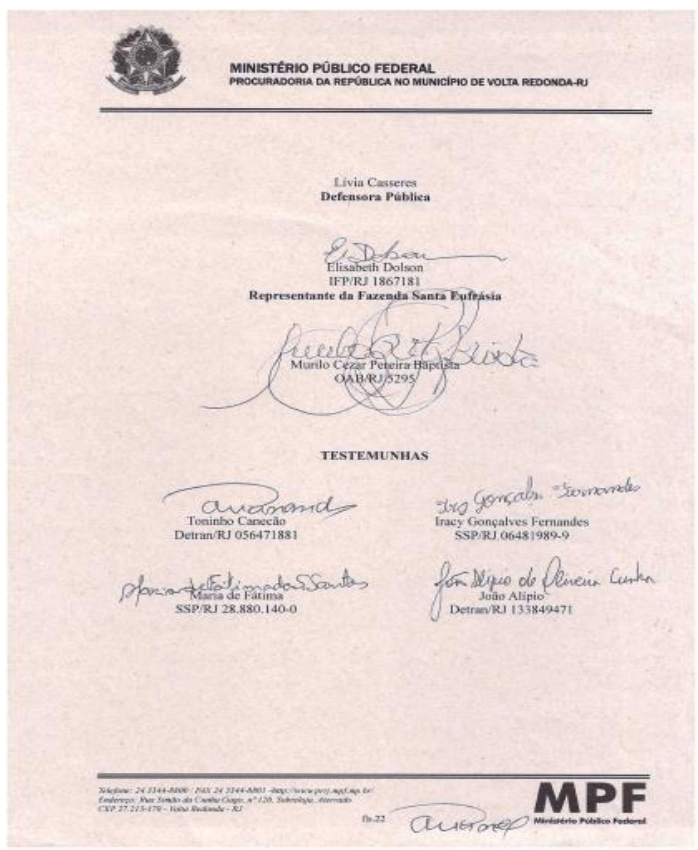
12. Ponto de jongo criado pela jongueira Cristina Eledá do jongo Sementes d’África de Barra do Pirai – RJ.

práticas de turismo que naturalizam o racismo, que mostram como a história da escravidão é abordada de forma cordial e teatralizada, mascarando o processo brutal pelo qual o povo negro passou e pelo que se reflete na sociedade brasileira. De acordo com a matéria, a fazenda é o único patrimônio material particular tombado pelo Iphan-RJ na região do café no Vale do Paraíba.

A fazenda é datada de 1830. Mediante agendamento, ela recebia diversas visitas diárias guiadas pela proprietária, que contava a história da fazenda e do Vale, omitindo a história da importância da população negra para a construção da riqueza da região e naturalizando a imagem do negro como escravo. A proprietária da fazenda se vestia com roupas de época e suas funcionárias, negras, em sua maioria, estavam com vestimentas de mucamas e serviam os turistas, que pagavam pela visita à fazenda de acordo com o programa contratado.

A ampla veiculação da referida matéria resultou no TAC (BRASILa, 2017) assinado entre o Ministério Público Federal (MPF) em Volta Redonda e a Fazenda Santa Eufrásia. Este TAC pode marcar o início do “acerto de contas” com as fazendas históricas que têm realizado um turismo de cunho histórico e cultural que naturaliza o racismo e a escravidão no Vale do Paraíba. A medida foi uma reivindicação feita por diversas entidades do movimento negro que estiveram reunidas e articuladas na Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro (OAB/RJ). Ali cobraram iniciativas do MPF e da Defensoria Pública em relação às atividades realizadas nas fazendas históricas. A consequência disso foi uma audiência pública realizada no auditório da OAB de Volta Redonda, no dia 2 de fevereiro de 2017 com representantes de diversos movimentos sociais e culturais negros do Vale do Paraíba e do estado do Rio de Janeiro. Houve um posicionamento com relação à matéria e às práticas racistas instituídas na região, especialmente nas fazendas e foram apontadas medidas que pudessem combater essa prática a fim de inaugurar novas formas de se fazer um turismo que respeitasse os direitos humanos e a história do negro.

Figura 1: Assinatura do TAC Santa Eufrásia no Ministério Público de Volta Redonda - RJ, no dia 02 de maio de 2017.



Fonte: Brasil (2017).

A partir da contribuição de um grupo de trabalho formado por lideranças quilombolas, como Maria de Fátima da Silveira, a Fatinha do jongo, e o Antônio do Nascimento Fernandes, o Toninho Canecão, por representantes da Universidade Federal Fluminense (UFF), como a educadora Elaine Monteiro e historiadora Martha Abreu, o procurador da república Júlio José Araújo Júnior e por mim¹³. A proposta do TAC foi consolidada em 29 de março de 2017. Tendo participado desde o início do processo de sua elaboração, certo que o documento possa servir como um importante instrumento de reparação das violações aos direitos da população negra e como uma mudança na forma com que o turismo, em interface com a história da região, vem tratando as comunidades negras tradicionais e o holocausto que foi a escravidão negra no Vale.

Com a elaboração do TAC Santa Eufrásia foram definidas as obrigações “de não fazer” e “de fazer” que a proprietária da fazenda foi obrigada a seguir e cumprir. Dentre elas, sobre as obrigações de “não fazer”, uma das cláusulas tornava proibida a encenação e o uso de roupas por pessoas que as caracterizassem como mucamas. Em relação às obrigações “de fazer”, uma das cláusulas, ficou responsável por colocar placas informativas sobre a história da

13. Participei deste grupo como colaborador do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, onde atuo voluntariamente na assessoria a comunidades jongueiras e quilombolas. No decorrer do trabalho do TAC tivemos a participação ativa dos historiadores Ricardo Salles, Mariana Muaze e Keila Grinberg.

escravidão que tenham um conteúdo de denúncia e crítica sobre o processo brutal que foi esse holocausto em nossa sociedade, além de ter que fazer um curso de capacitação com as comunidades negras, jongueiras e quilombolas da região, com o objetivo de conhecer e valorizar sua história de trabalho, luta e resistência.

Tendo participado desde o início da elaboração do TAC Santa Eufrásia devo salientar que a fazendeira cumpriu e colaborou para o cumprimento das cláusulas que se encontravam no termo. Compreendo que o trabalho realizado esteve pautado no combate a dois conceitos ainda presentes na sociedade brasileira, e principalmente, na região do Médio Paraíba que é o mito da “escravidão cordial” e de que vivemos em uma “democracia racial”. Tais conceitos fundamentaram esse tipo de turismo considerado racista que banaliza a brutalidade e a ilegalidade que foi a escravidão negra no Vale, e as suas consequências, presentes, atualmente, na exclusão social e econômica do negro em nossa sociedade. Como nos destaca Abdias Nascimento:

Desde os primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem permanecido unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da "democracia racial". Uma "democracia" cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de “democracia racial”? (NASCIMENTO, 1978, p. 46).

O turismo histórico realizado nas fazendas, hegemonicamente por proprietários brancos, promove valores inseridos no mito da escravidão cordial e da democracia racial ainda presentes na sociedade brasileira. Com o trabalho do TAC fazenda Santa Eufrásia abre-se um novo caminho para que as fazendas possam estar trabalhando a história do Vale do Paraíba respeitando o protagonismo negro por meio dos diferentes tipos de lutas e reivindicações, como o próprio jongo. Esse processo de combate ao racismo nas fazendas históricas contribuiu para um avanço do turismo realizado nas comunidades quilombolas e jongueiras. A experiência no cumprimento do TAC foi fundamental para o meu engajamento no turismo comunitário da comunidade jongueira de Pinheiral.

‘Eu vou me embora minha casaca fica aí, quando eu voltar minha casaca tem que ir’¹⁴: o turismo comunitário e a Feira Criativa do Jongo de Pinheiral ‘A cor do Jongo’

– Aqui em Pinheiral até um determinado tempo [*atrás*] não existiu um guia turístico, não tem guia turístico. Várias pessoas já formados em turismo, várias pessoas já cursando o turismo, mas na prática não tem [*guia turístico*]. Mas quem vem fazendo há mais de 20 anos o turismo em Pinheiral é o Creasf¹⁵, é o jongo de Pinheiral [*que*] através de uma forma oral a gente vem transmitindo para as pessoas, para o visitante e para os próprios municípios o turismo em todos os aspectos, [*para*] todos os membros do grupo independente de quem tem estudo ou não. Conseguem transmitir oralmente a história do povo negro e do município. (Entrevista realizada em 10/08/2017 com Maria Amélia da Silveira, liderança jogueira de Pinheiral, sobre o turismo comunitário)

A partir da fala da Maria Amélia da Silveira, liderança jogueira de Pinheiral, é possível compreender que a comunidade já vem realizando por conta própria o turismo, de forma autônoma e independentemente das instituições públicas e privadas. A comunidade já vinha desenvolvendo um turismo histórico e de memória do cativo, por meio do jongo e com visitas guiadas por meio da exposição do projeto “Passados Presentes: memória da escravidão”¹⁶ sobre a história do jongo de Pinheiral, que se encontra na antiga ruína do casarão dos Breves¹⁷.

No início da minha pesquisa na comunidade jogueira de Pinheiral, o trabalho de turismo comunitário não era o tema central, e tampouco eu pensava que iria tomar a grande proporção que acabou gerando para a cidade. O plano para a dissertação era pesquisar o jongo de Pinheiral, mas em uma perspectiva da antropologia da dança (CUNHA, 2014). O trabalho de turismo comunitário seria uma forma de troca e contribuição com a comunidade que estava me ensinando um pouco de seus múltiplos saberes ancestrais africanos.

Possuo uma formação acadêmica na área de turismo e de história e trabalhava como voluntário no Pontão de Cultura do jongo/caxambu, realizando um trabalho de assessoria comunitária sob a coordenação da professora Elaine Monteiro e com a estudante e bolsista de produção cultural Rosa Caitanya, ambas vinculadas à UFF. Construímos, de forma coletiva, em parceria com o Grupo Jongo de Pinheiral – e especialmente com as lideranças jogueiras Maria de Fátima da Silveira, a Fatinha do jongo, e a Maria Amélia da Silveira, a Meméia –, o trabalho de turismo comunitário.

14. Ponto de jongo cantado pelo Jongo de Pinheiral para encerrar a roda.

15. Centro de Referências Afro do Sul Fluminense (Creasf) criado em 1996 pelo Grupo Jongo de Pinheiral.

16. Passados Presentes: Memória da Escravidão. Disponível (on-line) em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>

17. MOSCARDINI, Gabriela. “Passados Presentes: Jogueiros se encontram em Pinheiral para manter forte a tradição do Jongo”. Em: Pontão de cultura do jongo/caxambu. Disponível (on-line) em: <http://www.pontaojongo.uff.br/passados-presentes-jogueiros-se-encontram-empinheiral-para-manter-forte-tradicao-do-jongo>

Contudo, antes de iniciarmos o trabalho de turismo comunitário em Pinheiral, havíamos organizado um seminário de turismo de base comunitária nos dias 3 e 4 de julho de 2015 no quilombo de São José em Valença (RJ) com a participação da comunidade quilombola e de outras, como a de Pinheiral e do Bracuí, no município de Angra dos Reis (RJ). Tínhamos como um dos objetivos do evento, propor aos detentores o diálogo sobre as diferentes formas de visitação às comunidades e de apresentar os princípios do Turismo de Base Comunitária, para colaborar com o fortalecimento dos grupos em seus processos de autogestão. Esse evento foi fundamental para compreendermos como era organizado o turismo nessas comunidades, a relação com os turistas e as suas principais demandas.

Na roda de conversa sobre como se dão as visitas nas comunidades, Fatinha do jongo de Pinheiral destacou que a comunidade recebia muitas escolas públicas, apenas nos meses de maio e novembro, e que durante as visitas vem sendo realizado um trabalho de “contação” de histórias, mas que era feito sem remuneração. E, por fim, destacou que a comunidade possuía alguns problemas relacionados ao planejamento das visitas, principalmente no que se referem à cobrança, o que por consequência não tem gerado retorno financeiro para o grupo. Além disso, a jongueira enfatizou a necessidade de uma formação e preparação do grupo para melhor atender as pessoas de fora da comunidade. Após o fim desse seminário se produziu um relatório sobre as principais demandas e questões referentes ao turismo comunitário. Esse trabalho foi fundamental para que pudéssemos pensar no turismo em Pinheiral.

Retomando em 2017 os trabalhos referentes ao turismo comunitário, agora, de forma mais centrada na comunidade quilombola/jongueira de Pinheiral, no dia 9 de abril se iniciou o primeiro seminário de turismo comunitário. Com ele foi realizado o II Encontro de Incentivo e Fortalecimento às Comunidades Quilombolas – Terra de Preto, que tinha como objetivo realizar uma roda de conversa sobre a luta quilombola e questões referentes a uma parcela de terra da antiga fazenda Pinheiros que hoje se encontra por direito na posse do grupo de jongo.

Como o tempo era curto, realizei uma apresentação introdutória sobre o significado de turismo comunitário, baseados em princípios como: 1) fortalecimento da comunidade; 2) atração turística enquanto modo de vida do coletivo; 3) sensibilizar a comunidade para que ela seja a protagonista ou a autogestão da atividade; e, por fim, 4) entender o turismo como uma forma de parceria e troca, o turista não é cliente e sim parceria do grupo (REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO, 2010).

Esse primeiro contato foi fundamental porque foi possível compreender quais eram as principais demandas da comunidade em relação ao turismo. No final do seminário foram propostas as seguintes demandas que seriam trabalhadas em um próximo seminário como: a elaboração de um cardápio quilombola, com as comidas típicas e tradicionais, o incentivo ao artesanato produzido no grupo (bolsas, bonecas abayami, batas africanas, licor, etc); pensar formas de vender o material audiovisual do jongo (dvds e cds); a elaboração de duas oficinas, uma relacionada ao afro empreendedorismo e outra referente a identidade quilombola; e, por fim, a organização da primeira feira afro. Além disso, construímos um calendário de atividades e trabalhos que está sendo realizado de abril a dezembro na Casa do Jongo.

Figura 2: Calendário de atividades do Jongo de Pinheiral.



Pontão Jongo/Caxambu e Jongo de Pinheiral—2017

Abril 07 e 28—Encontro de Saberes (Jongueiros) 07 e 08—Dia Municipal do Jongo—Pinheiral Terra de Preto—I Seminário de Turismo Comunitário—Pinheiral 28— Ação de cidadania - palestra	Maio Festa 13 de maio—Quilombo São José Festa Santa Rita do Bracuí 26 a 28—II Seminário de Turismo Comunitário	Junho 03—Arraia do jongo de Pinheiral 06—de Junho Aniversário da Casa do Jongo 17—R.A. Jovens lideranças jongueiras	Julho 09— 1ª Feira Criativa do Jongo de Pinheiral "A cor do Jongo" 26—Dia Estadual do Jongo e Festa de Sant'Ana em Pinheiral
Agosto Atividades da comunidade jongueira Aniversario do João	Setembro 15 a 16—III Seminário de turismo comunitário em Pinheiral	Outubro 05—Festa de São Benedito	Novembro 05—2ª Feira Criativa do Jongo de Pinheiral "A cor do Jongo" 09— Seminário Novembro Negro—Coletivo Marlene Cunha—Museu Nacional—UFRJ 20—Festa Pinheiral
Dezembro Avaliação/Finalização Pinheiral			

Fonte: Elaboração do autor.

A partir dessas demandas a equipe do Pontão se reuniu e construiu a proposta do segundo seminário de turismo comunitário que foi enviado para as lideranças jongueiras que contribuíram para que montássemos as oficinas e pensássemos a programação. Entre os dias 26, 27 e 28 de maio de 2017 foi realizado o segundo seminário de turismo comunitário que tinha como um dos principais objetivos organizar a feira afro, pensando toda a sua estrutura, como as barracas, os produtos, a programação, etc., por meio de rodas de conversa e debates que não se restringiram apenas ao planejamento do evento, mas articulando temáticas que estavam na pauta do grupo como o afro empreendedorismo e a identidade quilombola.

Na oficina do afro empreendedorismo, trouxemos vários exemplos de mulheres negras empreendedoras, como a Ana Paula Xongani e empresas gerenciadas por negros empreendedores e com um trabalho voltado para o público afro-brasileiro. Mesmo que o afro empreendedorismo ainda esteja muito pautado no desenvolvimento individual do empreendedor propomos para a comunidade que esse tipo de modelo pudesse ser não apenas uma forma de crescimento econômico e social do individual, mas que traga um retorno consistente para a comunidade jongueira, ou seja, o coletivo.

Outra oficina importante para o seminário foi o desenvolvimento da roda de conversa sobre identidade quilombola sobre a coordenação da professora Elaine Monteiro e Fatinha. Por meio da roda foi possível compreender como a identidade quilombola é acionada e compreendida pelo grupo. Nas palavras de Alexandre Belisário:

– Nós estamos tendo essa oportunidade de estar aqui. Eu estive à beira da morte e Deus está me dando a oportunidade de ver o jongo aonde eu quero que ele esteja. A minha alegria é ver que quando eu saio em qualquer lugar do mundo eu vejo as pessoas falando do jongo de Pinheiral. Devemos vir na casa do jongo não pela Fatinha, mas porque gosta, é a nossa raça. Tem que gostar de estar aqui. Tem que mostrar aqui é a sua raça, isso foi construído por pessoas que morreram e que lutaram por isso. Tem que ter respeito pelas pessoas que morreram, que foram escravizadas, que morreram em navio por isso aqui. A gente tem que ter emoção e coragem para falar que iremos lutar por isso. O jongo é quilombola porque foi feito por pessoas que morreram por isso aqui. O jongo foi criado por muita gente que lutou por isso. A gente tem que dar valor. (Roda de conversa com o jongueiro Alexandre Belisário Augusto sobre identidade quilombola, realizada em 28/05/2017)

A partir da fala de Alexandre Belisário, podemos entender que o “jongo é quilombola” porque muitos jongueiros viveram a experiência brutal que foi a escravidão e resistiram para que o jongo estivesse vivo. Belisário é um dos jongueiros mais participativos na casa do jongo e tem sido fundamental para o trabalho de turismo comunitário.

No final do seminário escolhemos a data da feira afro e a construímos coletivamente o evento definindo o que cada componente iria contribuir para que a organização e a feira acontecessem da melhor forma.

No dia 9 de julho aconteceu a Primeira Feira Criativa do Jongo de Pinheiral: A cor do Jongo. O evento teve como um dos principais objetivos narrar a história de luta e resistência da comunidade jongueira, por meio da conferência de abertura e das rodas de

capoeira, samba e jongo/caxambu que estiveram presentes na programação do evento. Todas as barracas foram disponibilizadas para a comunidade, o que contribuiu para o fortalecimento e o trabalho do coletivo do grupo. O grupo de jongo de Pinheiral participou ativamente da construção e gestão da feira, o que gerou um resultado positivo do evento e diretamente na autoestima dos integrantes.

Durante a feira afro a liderança jongueira, Fatinha falava da história do negro no Vale do Paraíba, da memória do cativo e do jongo de Pinheiral, como também, destacava as lutas e os enfrentamentos do presente. Assim, a feira afro se tornou um espaço de divulgação do jongo de Pinheiral e uma importante forma de contar a história do Vale por intermédio do olhar dos jongueiros e do território jongueiro, combatendo o “perigo da história única” (ADICHIE, 2009) sobre o passado e o presente daquela região.

A comunidade jongueira por meio do turismo comunitário em interface com o turismo histórico e de memória tem tido um compromisso com o passado de narrar à história de opressão e dos males da escravidão. A feira é um instrumento de mobilização e de politização do grupo por meio de uma memória comunitária representada na identidade jongueira.

– Como a estrela maior que chama para a feira é a identidade jongueira. É incrementar mesmo o turismo porque nós temos o parque das ruínas, tem as ruínas do casarão dos Breves, tem o nosso memorial. Então se a gente consegue, além dos nossos expositores, abrir para outros expositores de fora, a tendência dessa feira é crescer. E o espaço lá é bem convidativo para que ela aconteça lá. Então, para o turismo não só nosso de memória comunitário, vai ser bacana e importante para a cidade e até para a região porque vai ser um referencial. (Conversa com Maria de Fátima da Silveira, realizada em 10/08/2017).

Após a realização da feira afro aconteceu o terceiro seminário de turismo comunitário que foi realizado nos dias 15 e 16 de setembro de 2017 que teve como objetivos avaliar os eventos culturais e turísticos que o jongo de Pinheiral realizou e participou, como também, pensar na próxima feira afro. No dia 5 de dezembro foi realizada a segunda feira criativa do jongo de Pinheiral, agora, com a participação dos jongueiros de outras comunidades como: Arrozal, Barra do Pirai e Vassouras, ambas, do Vale do Paraíba.

‘Vou caminhando devagar, é devagar’¹⁸: algumas considerações finais

O turismo comunitário no jongo de Pinheiral tem possibilitado aos jongueiros contarem a história do vale do Paraíba na perspectiva do território jongueiro, que perpassa a experiência na escravidão e os seus diferentes processos de resistências e articulações dentro da estrutura opressora, e que hoje ainda permanecem as consequências desse processo no alto grau de exclusão do povo negro jongueiro.

Os jongueiros de Pinheiral têm utilizado da “cultura imaterial” enquanto patrimônio registrado, possibilitando movimentos de articulações políticas capazes de ocupar espaços sociais que historicamente essas populações negras estiveram excluídas. A “cultura” tem sido um instrumento de luta e reivindicações levantadas por essas comunidades negras. Como destaca Manuela Carneiro da Cunha:

De todo modo, não resta dúvida de que a maioria deles adquiriu essa última espécie de “cultura”, a “cultura para si”, e pode agora exibí-la diante do mundo (...) vários povos estão mais do que nunca celebrando sua “cultura” e utilizando-a com sucesso obter reparações por danos políticos (Cunha, 2009, p. 313).

A noção de “cultura” construída pelos jongueiros é fruto de um “sistema interétnico” que fizeram com que esse conceito fosse apropriado por essas comunidades tradicionais. O desenvolvimento do turismo comunitário tendo como protagonismo o jongo foi uma forma de “cultura para si” no intuito de celebrar a “cultura” como instrumento de reparação social e racial. Esse trabalho tem sido fundamental para que o Grupo Jongo de Pinheiral visibilize a luta das terras quilombolas e políticas públicas para o jongo.

O trabalho do TAC Santa Eufrásia e os seus desdobramentos impulsionados pela participação do grupo de trabalho criado durante o termo gerou um maior interesse das fazendas históricas e de prefeituras municipais em tratarem com seriedade a escravidão como um crime contra a humanidade e um avanço na forma de narrar a história do negro nas atividades turísticas e nos ensinamentos escolares, por meio da Lei n. 10.639/03 (BRASILb) que torna obrigatório o ensino da África e cultura afro-brasileira, destacando o protagonismo negro, dos movimentos quilombolas e outras formas de lutas, importantes, para o combate ao mito da escravidão cordial e da democracia racial.

As atividades turísticas desenvolvidas pelo Grupo Jongo de Pinheiral tem sido um exemplo de história pública e de comprometimento com o “dever de memória”, onde temos uma

18. Ponto de jongo da comunidade jongueira de Pinheiral feito pelo Mestre José Sebastião Cabiuna e cantado para encerrar a roda.

história da escravidão contada pelos jongueiros, por meio da memória do cativo e do jongo, comprometida com a justiça e os direitos sociais. Como nos falam Almeida e Rovai:

Deve-se salientar que fazer história pública não é só ensinar e divulgar certo conhecimento. Pressupõe pluralidade de disciplinas e integração de recursos diversos. É um novo caminho de conhecimento e prática, de como se fazer história, não só pensando na preservação da cultura material, mas em como colaborar para a reflexão da comunidade sobre sua própria história, a relação entre passado e presente. Enfim, como tornar o passado útil para o presente (ALMEIDA e ROVAI, 2011, pp. 2-3).

Referências

ABREU, Martha [e] MATTOS, Hebe. (2007), “Jongo, registros de uma história”. Em: LARA, Silvia Hunold [e] PACHECO, Gustavo (orgs). Memória do Jongo: As gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro, Folha Seca; Campinas, Cecult.

ADICHIE, Chimamanda. (07/2009). “TED - O perigo de uma história única - Chimamanda Adichie - Dublado em português”. Palestra proferida no TED Talks, Oxford (Inglaterra). Youtube. Disponível (on-line) em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>

ALMEIDA, Juniele [e] ROVAI, Marta Gouveia. (2013), “História pública: Entre as ‘políticas públicas’ e os ‘públicos da história’”. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da Anpuh, Natal, pp. 1-10.

AGOSTINI, Camilla. (2015), “Suspeitos, transeuntes, impermanentes: Personagens liminares e a dinâmica social em um microcosmo do Império”. Em: MUAZE, Mariana [e] SALLES, Ricardo (orgs). O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Rio de Janeiro, 7 Letras.

BRASILa. (02/05/2017), Termo de Ajustamento de Conduta da Fazenda Santa Eufrásia. Ministério Público Federal. Volta Redonda. Disponível (on-line) em:

http://www.pontoajongo.uff.br/sites/default/files/upload/ic_001_2017_tac_fazenda_santa_eufrasia_assinado.pdf

BRASILb. (10/12/2003), Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível (on-line) em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

CAMPOS, Thiago. (2015), “A força da escravidão ao sul do Rio de Janeiro: Os complexos de fazendas e a demografia escrava no Vale cafeeiro na segunda metade do oitocentos”. Em: MUAZE, Mariana

[e] SALLES, Ricardo (orgs). O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Rio de Janeiro, 7 Letras.

COSTA, Rogério; GONDAR, Josaida. (1992), Entrevista com Felix Guatarri. Paris, 12 de agosto de 1992. Texto apresentado no Simpósio A Pulsão e seus Conceitos. Promovido pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade. PUC-SP.

CUNHA, João Alípio de Oliveira. (2014), Um diálogo entre o jongo/caxambu e o candombe paraguaio através dos santos negros: São Benedito e São Baltazar. Monografia (graduação), UFF.

CUNHA, Manuela Carneiro da. (2009), Cultura com aspas. São Paulo, Cosac Naify.

DELEUZE, Gilles [e] GUATTARI, Félix. (1995-1997), Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro, Editora 34.

ELIAS, Norbert. (1994), “A civilização como transformação do comportamento humano”. Em: O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro, Zahar, pp. 65-95.

GOLDMAN, Marcio. (2005), “Formas do saber e modos do ser: Observações sobre multiplicidade e ontologia no candomblé”. Revista Religião e Sociedade, Vol. 25, nº 2, pp. 102-120.

GOMES, Flávio. (2006), História de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Edição revisada e ampliada. São Paulo, Companhia das Letras.

IPHAN. (2007), “Caxambu, jongo e tambor”. Em: Dossiê Iphan: Jongo no sudeste. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível (on-line) em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf

MARQUESE, Rafael [e] SALLES, Ricardo. (2015), “A cartografia do poder senhorial: Cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848”. Em: MUAZE, Mariana [e] SALLES, Ricardo (orgs). O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Rio de Janeiro, 7 Letras.

MUAZE, Mariana. (2015), “Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial”. Em: MUAZE, Mariana [e] SALLES, Ricardo (orgs). O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Rio de Janeiro, 7 Letras.

_____ [e] SALLES, Ricardo (orgs). (2015), O Vale do Paraíba e o império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Rio de Janeiro, 7 Letras.

NASCIMENTO, Abdias. (1978), O genocídio do negro brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

OLLIVEIRA, Cecília. (06/12/2016), “Turistas podem ser escravocratas por um dia em fazenda ‘sem racismo’”. The Intercept Brasil. Disponível (on-line) em:

<https://theintercept.com/2016/12/06/turistas-podem-ser-escravocratas-por-um-dia-em-fazenda-sem-racismo>

PORTELLA, Fernando (org). (2013), Guia cultural do Vale do café. Rio de Janeiro, Cidade Viva. Disponível (on-line) em:

http://guiaculturalvaledocafe.com.br/guia_do_cafe.pdf

REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO. (2010), Série Turisol de metodologias: Turismo comunitário. Rede Turisol. Disponível (on-line) em:

<http://www.globalgarbage.org/turmapontocom/2011/02/07/serie-turisol-de-metodologias-no-turismo-comunitario>

REIS, Caroline Bárbara F. Castelo Branco. (2015), O Vale do Paraíba e o tempo presente: A produção de história pública na formação do grande público sobre a escravidão no Brasil. Dissertação (mestrado), PPG em História Social da Cultura, PUC-Rio.

SALLES, Ricardo. (1996), Nostalgia imperial: A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro, Topbooks.

SLENES, Robert W. (2007), “‘Eu venho de muito longe, eu venho cavando’: Jongueiros cumba na senzala centro-africana. Em: LARA, Silvia Hunold [e] PACHECO, Gustavo (orgs). Memória do Jongo: As gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro, Folha Seca/Campinas, Cecult.